

Sumário

<i>Prefácio</i>	XIII
<i>Introdução</i>	XV

Capítulo I

Repercussão Geral no Recurso Extraordinário: Compreensão do Instituto

1. Antecedentes históricos da repercussão geral.....	1
1.1. Considerações iniciais.....	1
1.2. A jurisprudência defensiva.....	3
1.3. A arguição de relevância	4
1.4. Do requisito da transcendência no recurso de revista	9
2. Controle de constitucionalidade no Brasil.....	10
2.1. Panorama atual do controle de constitucionalidade no Brasil	10
2.2. Formas do controle de constitucionalidade: Classificação e definição	10
2.3. O controle de constitucionalidade no Brasil: Classificação.....	12
2.4. O recurso extraordinário e suas feições constitucionais: O problema da subjetividade	14
3. Conceituação da repercussão geral no recurso extraordinário.....	16
3.1. Dificuldade de conceituação	16
3.2. A imprecisão da expressão repercussão geral: Aberrura semântica	18
4. A repercussão geral como mudança de paradigma – A Emenda n. 45/2004 e a Lei n. 11.418/2006 – A objetivação do recurso extraordinário: Delineamento geral do procedimento e dos efeitos processuais	23

Capítulo II

Repercussão Geral e Direito Comparado

1. Repercussão geral e <i>writ of certiorari</i>	34
--	----

2. Repercussão geral e <i>Verfassungsbeschwerde</i>	40
3. Repercussão geral e <i>recurso de amparo</i>	44
4. Conclusões extraídas da análise comparada	50

Capítulo III

Repercussão Geral: Custo e Racionalização do Acesso à Jurisdição

1. Racionalização do processo constitucional e <i>restrição</i> do acesso à Jurisdição Constitucional	51
2. Busca da definição da ideia do acesso à Justiça e o direito à razoável duração do processo (inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição de 1988)	52
3. Do acesso à jurisdição como custo.....	55
4. Análise do custo de acesso à Justiça e positividade dos direitos	56

Capítulo IV

Repercussão Geral: Observação Funcional de suas Possibilidades na Teoria dos Sistemas Sociais

1. Notas preliminares	68
2. Sistemas funcionais autopoieticos (autopoiese, codificação e programação): Esboço conceitual.....	69
3. Autopoiese do direito: Introdução.....	88
4. Autopoiese e expectativas	90
5. Expectativas cognitivas e expectativas normativas	92
6. Programas finalísticos e programas condicionais – Conceituação	93
7. Programas condicionais do direito: Caracterização e importância	96
8. Acoplamentos estruturais, cognição e autopoiese do direito: Delineamento conceitual	102
9. Sistemas e coevolução.....	107
10. Direito e repercussão geral: Acoplamentos estruturais e coevolução com subsistemas que integram seu ambiente.....	108



10.1. Nota introdutória.....	108
10.2. A coevolução do sistema do direito na visão peculiar de Günther Teubner.....	111
10.3. Abertura cognitiva do subsistema do direito e coevolução sistêmica na visão de Niklas Luhmann.....	114
11. Observação funcional da repercussão geral no recurso extraordinário	123
11.1. Por que uma observação sistêmico-funcional da repercussão geral?.....	123
11.2. O Supremo Tribunal Federal como “observador de segunda ordem”	129
11.3. Repercussão geral e acoplamentos estruturais	131
11.4. Repercussão geral e “fórmula do risco”	132
11.5. Repercussão geral, Supremo Tribunal Federal e <i>amicus curiae</i> : Abertura cognitiva (<i>kognitive Öffnung</i>) e capacidade comunicativa das organizações sociais	142
11.6. Repercussão geral, Supremo Tribunal Federal e audiências públicas: Abertura cognitiva (<i>kognitive Öffnung</i>)	151
11.7. Repercussão geral, racionalização da jurisdição constitucional e acesso à Justiça.....	156
<i>Conclusões</i>	163
<i>Anexo I</i>	170
<i>Anexo II</i>	172
<i>Bibliografia</i>	177